

O historicismo gramsciano e a pesquisa em educação

Carlos Eduardo Vieira*

Introdução

O objetivo desse artigo é apresentar, resumidamente, os resultados de um esforço de três anos de pesquisa sobre o processo de apropriação do pensamento gramsciano pela pesquisa em educação no Brasil. O resultado completo desse estudo se encontra na dissertação *O Historicismo Gramsciano e a Pesquisa em Educação*, defendida na PUC-SP em março de 1994.

A influência do legado gramsciano, no âmbito do pensamento acadêmico-educacional brasileiro, está delimitada nos últimos quinze anos, entre 1979 e 1994. Os últimos anos da década de setenta representam o marco inicial da interlocução da pesquisa educacional no Brasil com as idéias gramscianas, cabendo à década de oitenta a consolidação desse esforço. Os anos noventa indicam uma tendência de descenso dessa interlocução.

Discutir o processo de apropriação do pensamento gramsciano pela pesquisa educacional possibilita, a meu ver, introduzir alguns pontos para a reflexão sobre as várias leituras do seu legado teórico e, em particular, sobre os problemas que cercam a questão do historicismo na sua obra. Além da oportunidade de discutir Gramsci, essa polêmica nos permite trazer à tona uma série de questões pertinentes ao debate mais amplo da produção científica na área educacional no Brasil.

* Professor da Universidade Federal do Paraná, Setor de Educação, Departamento de Métodos e Técnicas da Educação.

A tradução e a publicação da obra gramsciana no Brasil na década de sessenta antecedeu o período de endurecimento do regime militar, porém estava longe de representar um sucesso editorial. Somente a partir de meados dos anos setenta a procura se intensificou e, em curto espaço de tempo, a sua obra se tornou uma leitura obrigatória em todos os cursos da área de ciências humanas. As suas principais categorias se tornaram rotineiras no jargão acadêmico e político brasileiro, ainda que nem sempre compreendidas adequadamente.

A influência do pensamento gramsciano sobre a pesquisa educacional no Brasil não é um fato difícil de ser percebido, bastando uma rápida busca nas referências bibliográficas das teses e dissertações dos últimos quinze anos para encontramos a evidência empírica desse fenômeno. Segundo Paolo Nosella, “*nesta última década, cerca de um terço das dissertações ou teses da área acadêmico-educacional cita o nome de Antonio Gramsci*” (NOSELLA, 1992, p.4).

A aproximação com essas idéias ocorreu de maneira diferenciada entre os pesquisadores e centros de pesquisa do país; no entanto, é indiscutível a ressonância dessas discussões no cenário acadêmico e político brasileiro. A presença do legado gramsciano no debate acadêmico na década de oitenta é um fenômeno de grande proporção, a ponto de Marco Aurélio Nogueira afirmar que o “*gramscismo veio à luz do dia com a força de um vulcão. Todos, de uma ou outra forma, tornaram-se 'gramscianos'*” (NOGUEIRA, 1988, p.130).

No que diz respeito especificamente à pesquisa educacional, é preciso destacar três aspectos fundamentais. Em primeiro lugar, asseverar que Gramsci é um autor que permeia a pesquisa educacional dentro de um processo mais amplo de aproximação dos pesquisadores brasileiros com o materialismo histórico. Ainda que Gramsci, pela características próprias da sua produção, represente uma expressão particular desse movimento — a ponto de muitos se considerarem gramscianos antes de se considerarem marxistas, ou mesmo, sem nunca se considerarem marxistas.

O segundo aspecto a ser ressaltado é a

... singularidade da incorporação do pensamento de Gramsci na área educacional que, ao contrário de outros teóricos, não

sofreu mediações prevalentes de outras áreas do conhecimento. Gramsci é apropriado pela pesquisa em educação de maneira simultânea, ou mesmo antecipada, a outras áreas de mais tradição de pesquisa no país que, historicamente, serviram de mediadoras dos aportes teóricos para a área acadêmico-educacional, sobretudo a psicologia e a sociologia.

(VIEIRA, 1994, p.5)

O último ponto se refere aos antecedentes teóricos do *boom* gramsciano dos anos oitenta, ou seja, a presença dos teóricos estruturalistas, entre os quais destaco Passeron, Bourdieu e, em especial, o filósofo francês Louis Althusser.

O contexto sócio-político do Brasil dos anos setenta e oitenta pode nos ajudar a explicar parcialmente a aproximação com as idéias gramscianas. Não obstante, para apreender a forma como o seu pensamento foi assimilado pela pesquisa educacional, é necessário a focalização de aspectos mais complexos e historicamente mais distantes da conjuntura política e econômica dos anos setenta e oitenta.

Não pretendo realizar nesse espaço uma análise histórico-epistemológica da pesquisa educacional, mas sim discutir alguns pontos sobre a relação entre história e lógica no âmbito da teoria do conhecimento. A referência para essa discussão é, obviamente, a produção gramsciana, em particular a sua concepção do marxismo como um historicismo absoluto.

A posição do teórico sardo sobre os problemas do historicismo foi ignorada pelo pensamento acadêmico-educacional na década de oitenta, proporcionando, a meu ver, uma apropriação do seu legado que se opõe radicalmente à sua proposição metodológica historicista.

Gramsci foi incorporado a partir de uma visão formalista da história e suas categorias passaram a ser manipuladas ao sabor dos mais variados projetos intelectuais. O flerte descompromissado com as suas idéias transformou o seu pensamento vivo em modelo abstrato e aplicável universalmente.

Ao longo desse texto denominarei essa maneira formalista de compreensão do legado gramsciano de **logicismo**. O logicismo é o *“sistema fechado dentro do qual os conceitos circulam interminavelmente, reconhecem-se e interrogam-se mutuamente, e a intensi-*

dade de sua repetitiva vida introversiva é erroneamente tomada por uma ciência” (THOMPSON, 1981, p.21).

O processo de adesão do pensamento acadêmico-educacional ao estruturalismo nos anos setenta, passando pela crítica, e pela aproximação com o pensamento gramsciano nos anos oitenta, tem em comum essa proposição metodológica logicista. Ainda que o estruturalismo permita, ou mesmo fomente, esse tipo de compreensão abstrata da realidade histórica, o pensamento gramsciano tem no seu núcleo metodológico uma proposição radicalmente diferente.

A aproximação da pesquisa educacional com o materialismo histórico na década de oitenta propiciou um esforço mais consistente de compreensão das matrizes epistemológicas nas ciências sociais. As questões do método e, em particular do método dialético ocuparam um espaço significativo nos estudos realizados nesse período, quase sempre transformados em capítulo introdutório nas dissertações e teses. Todavia, apesar dessa preocupação metodológica intensa — ainda que na sua maior parte restrita a cansativos exercícios abstratos e, sobretudo, inócuos em relação ao tratamento do objeto de pesquisa — a questão do historicismo, pressuposto metodológico central da obra gramsciana, não provocou nenhuma investigação de fôlego por parte da pesquisa educacional.

O historicismo de Gramsci, reclamado insistentemente ao longo da sua obra, significa um esforço do pensador italiano de crítica às vertentes do racionalismo abstrato que, na sua época, apresentavam-se na prevalente visão economicista dos marxistas e, também, na obra do filósofo italiano Benedetto Croce.

Alguns comentários sobre o historicismo absoluto gramsciano

A formação teórica do pensador e dirigente comunista italiano sempre foi motivo de profundas controvérsias dentro e fora da tradição marxista. Entre os pontos mais polêmicos está a influência sobre o seu pensamento do filósofo idealista italiano Benedetto Croce. Parcela considerável dessa discussão tem sua explicação na profunda disputa política que se dá em torno do legado gramsciano:

de um lado os herdeiros políticos de Gramsci, que buscavam descaracterizar a influência de Croce e vincular o seu pensa-

mento a Marx e sobretudo a Lênin; e no outro pólo um conjunto de intelectuais vinculados ou não a perspectivas partidárias, que consideram sua produção a continuação da vigorosa tradição italiana do idealismo, que pouco absorveu de Marx e se constituiu na antítese direta de Lênin.

(VIEIRA, 1994, 103)¹

O ponto de tensão dessas discussões é, quase sempre, a polémica entre idealismo e materialismo. A rigor, a tradição marxista demonstrou, historicamente, dificuldades em superar as simplificações que permeiam essa equívoca dualidade entre subjetividade e objetividade, representando, em determinados momentos da história do pensamento contemporâneo, os próprios animadores desse tipo de enfoque simplificador.

Gramsci, no intento de analisar a assimilação do marxismo na Itália, afirmava que a interlocução com o materialismo histórico ocorreu pela iniciativa de dois grupos distintos de intelectuais: os intelectuais puros, expressão gramsciana para denominar a escola idealista italiana, e os intelectuais ligados às tarefas de organização do movimento socialista na península.

Os primeiros, segundo Gramsci, desnaturaram o núcleo político-revolucionário do pensamento marxiano, para se apropriarem da riqueza do historicismo que permeava a concepção e, assim, superar o especulativismo abstrato inerente à tradição clássica do idealismo. Benedetto Croce liderou esse grupo que incorporou a filosofia da práxis “*a fim de fortalecer as suas concepções e atenuar o decrépito filosofismo especulativo com o realismo historicista da nova teoria*” (GRAMSCI, 1978, p.101).

Enquanto Croce e Gentile se empenhavam nas polémicas sobre a cultura, a moral, a história, os intelectuais vinculados ao movimento operário italiano se limitavam à compreensão do marxismo como um conjunto de preceitos ou leis de evolução do modo de produção capitalista que, invariavelmente, conduziam a conclusões de um determinismo grosseiro. A pretexto de afirmar o materialis-

¹ Uma das obras que se insere nessa problemática da formação teórica gramsciana que, sem dúvida, gerou inúmeras polémicas dentro e fora da Itália é *O Conceito de Sociedade Civil*, de Norberto Bobbio.

mo e a cientificidade da nova concepção, os herdeiros do marxismo atribuíam ao processo histórico um papel meramente reflexo dos movimentos infra-estruturais do modo de produção capitalista. As leis econômicas são apresentadas como engendradoras da evolução natural do capitalismo para o socialismo.

Gramsci acaba por justificar esse materialismo vulgar e esse cientificismo simplificador, presentes na visão dos quadros socialistas, como uma representação provisória das idéias revolucionárias, própria do momento de implementação prático-política da concepção de mundo socialista, que enfrenta no âmbito do senso-comum das massas trabalhadoras a secular percepção teológico-mágica da realidade. Segundo Gramsci, na história

... da cultura, que é muito mais ampla do que a história da filosofia, todas as vezes que a cultura popular aflorou, porque se atravessava uma fase de transformação e da ganga popular se selecionava o metal de uma nova classe, ocorreu um florescimento do 'materialismo'; ao contrário, no mesmo momento, as classes tradicionais abraçavam o espiritualismo.

(GRAMSCI, 1978, p.107)

Quanto aos intelectuais puros, a principal virtude foi compreender as limitações do neo-hegelianismo italiano, ao mesmo tempo que perceberam e denunciaram a redução naturalista do fenômeno sócio-histórico operada pelos seus contemporâneos marxistas, que se somavam a outras versões do cientificismo reinante na Europa daquele período, entre as quais se destacavam os darwinistas, os spencerianos e, principalmente, os positivistas.

Os marxistas da II Internacional, os positivistas e os spencerianos, guardadas suas profundas diferenças, emprestam do modelo metodológico físico-naturalista as bases conceituais para operar a análise dos fenômenos sócio-históricos. O modelo físico-naturalista, extremamente eficaz no plano da natureza, quando aplicado ao plano histórico e/ou sociológico da realidade não obtém resultados cientificamente sólidos, pois aborda um tipo específico de fenômeno que não se reduz a relações de causa e efeito².

² Sobre os fenômenos físico-naturais, há nessa passagem uma flagrante redução da sua complexidade; todavia, o objetivo perseguido não é

Croce e, antes dele, Labriola sustentam uma posição totalmente diversa dessa interpretação da ciência social e histórica. Para Croce, identificar o princípio de causação de um determinado fenômeno sócio-histórico não implica na descoberta de uma lei de desenvolvimento, pois na dimensão da ciência histórica a noção de experiência não se assemelha à realizada nas condições de testagem de hipótese, de controle de variáveis, assim como nos ambientes laboratoriais. A idéia do historiador que diagnostica as causas dos fenômenos históricos e, por conseguinte, prevê os efeitos e prescreve os tratamentos que possibilitam a intervenção antecipada sobre o devir é totalmente recusada na obra croceana (cf. CROCE, 1962, p.156).

Croce também critica a imagem do historiador como um compilador de fatos que se exime dos julgamentos de valor, até porque a eleição do que é fato já se constitui num julgamento. A historiografia não é a imagem frígida do vivido, bem como *“a história não é pensável num ponto arquimediano fora do mundo, porque, bem ao contrário, somente no mundo, entre os contrastes do mundo, nasce a necessidade dela, e, com a necessidade, a investigação e a inteligência”* (CROCE, 1962, p.86).

Croce, no âmbito da crítica historiográfica, elegeu três vertentes metodológicas para sua polêmica: a historiografia diplomática, a historiografia filológica ou erudita e a historiografia positivista ou sociológica. As três concepções, ressalvadas as diferenças, têm em comum: 1º) preconizam desvencilhar a história da filosofia, prescindindo dos julgamentos axiológicos; 2º) priorização dos dados empíricos; 3º) construir relações de causalidade entre os fatos históricos. Embora essa última característica só esteja plenamente desenvolvida na historiografia positivista, as outras vertentes não negavam essa possibilidade (cf. CROCE, 1953, p.239)³.

simplificar a sua natureza, mas sim demonstrar as características diferenciadas da epistemologia que trata dos fenômenos sócio-históricos em relação à epistemologia que aborda a dimensão físico-natural da ciência. Sobre a questão da complexidade epistemológica no plano físico-naturalista, em especial na química e na física moderna, ver Gaston Bachelard, A epistemologia não cartesiana, In: *O novo espírito científico, e/ou A epistemologia*.

³ No âmbito da classificação croceana, o marxismo está situado na ver-

No contraponto dessas vertentes historiográficas está, segundo Croce, a filosofia da história. No ponto de vista dos filósofos da história, a historiografia não está desvinculada da filosofia mas, pelo contrário, está subordinada ao movimento espiritual, representando, tão somente, uma expressão menor do devir da idéia racionalizadora.

Entre os principais interlocutores de Croce, no plano das discussões sobre o método histórico, estão Kant, Fichte, Schelling e Hegel, representantes da filosofia da história, enquanto na perspectiva da tradição historiográfica se destacam Ranke, Droysen, Simmel e Dilthey, além do marxista italiano Antonio Labriola.

A discussão com esses interlocutores possibilita a Croce impostar o seu objetivo estratégico, no âmbito da discussão sobre a metodologia da historiografia, de pleitear a unidade metodológica entre história e filosofia. A concepção croceana se opõe à historiografia pura, que busca em vão se desvencilhar da subjetividade filosófica, ainda que não adira à solução pleiteada pelos filósofos da história, que adjudicam à história um papel secundário, conformado e obediente aos desígnios do projeto racional.

A historiografia pura, que pretende alcançar o *status* da cientificidade negando a filosofia e a axiologia, representa uma reação ao subjetivismo e ao especulativismo da filosofia da história. Não obstante, segundo Croce, ambas as posições são prisioneiras de uma mesma crença racionalista, pois a história é conduzida, na perspectiva da historiografia pura e da filosofia da história, ao sabor de um projeto mental que se justifica na determinidade das leis naturais-econômicas ou do espírito autoconsciente.

Em outros termos, o conceito de *causa* na ciência histórica, compartilhado pelas vertentes historiográficas, é tão abstrato quanto o conceito de *fim*, próprio da filosofia da história. Para Croce "*la transcendencia es siempre transcendencia, sea que se la piense como la de un Dios o de una Razón, o como la de una Naturaleza o de una Materia*" (CROCE, 1953, p.245).

tente sociológica da história que, apesar de interesses políticos diferenciados, aproxima-se muito do positivismo clássico. Sobre essa aproximação, ver Marxismo e positivismo no pensamento da Segunda Internacional, In: Michael Löwy, *As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen*.

A crítica contundente ao racionalismo das vertentes historiográficas, bem como da filosofia da história, não faz de Croce um irracionalista, pois a cientificidade, a lógica do processo histórico é uma questão

... indubitável, porquanto, se a lógica está no homem, está também na história e, se o pensamento humano pensa esta, pensa-a como foi visto, logicamente. Mas a palavra "lógica", na sobredita sentença, significa coisa bem diferente da "logicidade", um plano ou programa segundo o qual a história se iniciaria, desenvolveria e terminaria, cabendo ao historiador encontrar, por sob fatos aparentes, a oculta matriz desses fatos, sua última e verdadeira interpretação

(CROCE, 1962, p.23)

O marxismo, segundo Croce, é uma concepção de mundo que realiza a subordinação do processo histórico real ao projeto lógico, isto é, ao determinismo das chamadas leis econômicas. O economicismo marxista não passa de uma artimanha racionalista que toma os sujeitos históricos concretos como "*fantoches puxados por um fio ou acionados por certa mola*" (CROCE, 1962, p.17).

Como representante dileto dessa visão racionalista, o marxismo reduz a história ao hedonismo do *homo oeconomicus*, enquanto que o historicismo leva em conta "*toda história, da ação e do pensamento não menos que da literatura e da arte*" (CROCE, 1962, p.260). O historicismo representa a crítica radical ao logicismo racionalista, ou melhor,

... é a antítese e a síntese do racionalismo, que nega os desmandos apriorísticos da lógica, para apreendê-la na sua configuração concreta, isto é, histórica. O historicismo na concepção de Croce é a incorporação à história do método filosófico, que liberta a história do empirismo, ao mesmo tempo que dá concretude à abstração filosófica.⁴

⁴ No limite da reflexão croceana, o autor vai pleitear a contemporaneidade de toda história, uma vez que esta é sempre um apelo para o nosso presente, para as necessidades da ação prática (cf. CROCE, 1962, p.13-14). Sobre a crítica da concepção de história croceana, ver *História e verdade*, de Adam Schaff.

(VIEIRA, 1994, p.133)

O historicismo na perspectiva croceana se constitui na superação dialética da filosofia da história e da historiografia pura, à medida que,

... assim como a verdade moderna foi se libertando cada vez mais dos vínculos da transcendência grega e da medieval, a teoria moderna da lógica buscou a filosofia no céu e nos cimos em que ela se dedicava à estéril contemplação das idéias, e a convidou e forçou a baixar à terra; ao mesmo tempo, com esse ato, libertou a história do baixo ofício de compiladora de anedotas, de cronistas do que acontece, e a elevou ao céu ou aos cimos das idéias, fazendo-a encontrar, em meio do caminho, a filosofia, abraçando-se e fundindo-se ambas numa nova pessoa mental.

(CROCE, 1962, p.254)

A origem dessa interpretação historicista, Croce reputa a Hegel, organizador de um sistema filosófico que “concedeu em interpretar a realidade como historicidade” (CROCE, 1962, p.42), bem como a alguns historiadores da escola historiográfica alemã, discípulos de Ranke, entre os quais ele destacava Simmel, Meineker e Dilthey⁵.

O objetivo desse desenho esquemático da problemática do historicismo na concepção croceana do método histórico é introduzir a discussão da formação historicista gramsciana, à medida que não consta das obras de Gramsci uma interlocução direta com a tradição clássica do historicismo, na versão do romantismo alemão de Schlegel, Schleiermacher, Adan Müller, Sybel, ou mesmo, na tradição moderna do historicismo de Ranke, Simmel, Diltley e Mannheim. Sendo assim, mostra-se correta a afirmação de Angelo Broccoli sobre a formação historicista gramsciana: “*la información de Gramsci respecto de la tradición historicista resulta aproximativa, mientras que, por el contrario, los puntos de referencia que establece con aquella tradición a través del debate con Croce resultan suficientemente precisos*” (BROCCOLI, 1977, p.243).

⁵ Sobre Simmel e Dilthey, Croce reconhece o esforço de superação da pretensa neutralidade da historiografia rankeniana, não obstante discorde das soluções encontradas por esses autores para as questões do historicismo (cf. VIEIRA, 1994, p.131).

O estudo dedicado das polêmicas croceanas contra o racionalismo economicista permite ao jovem socialista sardo uma preparação sólida para o debate com as posições hegemônicas no interior do PSI. O jovem militante, desde a sua adesão ao partido, manteve-se em uma posição política diferenciada das correntes maximalistas e reformistas que dirigiam a organização socialista. O grupo ordinovista — que Gramsci liderou no interior do PSI e, posteriormente, no PCI — tem sua trajetória de crítica cultural e política marcada pela recusa da visão fatalista do processo revolucionário, que concebia o socialismo como uma realização das leis naturais do desenvolvimento histórico⁶.

A influência de Croce possibilitou a Gramsci amadurecer “*também na valorização crítica do próprio idealismo*” (NOSELLA, 1992, p.112), rompendo com a efêmera dicotomia entre materialismo e idealismo. Obviamente, Croce não é a única influência sobre Gramsci, porém é interessante ressaltar que a interlocução com Croce não faz parte de um período voluntarista do jovem Gramsci. Marx, Lênin e Engels são referência fundamentais para compreensão da obra gramsciana, em especial os dois primeiros, contudo a aproximação com estes não ocorre na dispensa do pensamento croceano.

Na formação do pensamento gramsciano a “*herança croceana não se configura em um estigma que de todas as maneiras deve ser recusada, sob pena de contaminação idealista*” (VIEIRA, 1994, p.227), da mesma forma que não se trata de justificar a fertilidade de Gramsci, atestando o alinhamento do seu pensamento com o de Marx e Lênin, assim como se utiliza o “*fio de prumo para medir o alinhamento de uma parede*” (BOBBIO, 1987, p.11).

A engenhosidade da reflexão gramsciana está na revalorização da luta cultural, da subjetividade, do papel dos intelectuais e, sobretudo, da necessidade política do proletariado intervir na “*elaboração superior da estrutura em superestrutura na consciência dos homens. Isto significa, também, a passagem do 'objetivo ao subjetivo' e da 'necessidade à liberdade'*” (GRAMSCI, 1978, p.53).

O programa croceano de crítica historicista ao racionalismo,

⁶ A expressão ordinovista se refere à *Revista L'Ordine Nuovo*, que Gramsci, Togliatti, entre outros, fundaram e dirigiram.

imane a às correntes historiográficas e à filosofia da história, é incorporado por Gramsci. Ainda que, ao apreender a crítica ao racionalismo abstrato, que impõe o projeto lógico como demiurgo do processo histórico real, Gramsci inclui o croceanismo como uma das expressões mais hábeis desse racionalismo logicista.

A crítica ao pensamento croceano, realizada por Gramsci ao longo da sua obra carcerária, não ocorre pela via da impugnação do historicismo, assim como pretendeu Althusser e consortes, mas sim pela demonstração da incapacidade de Croce levar a termo a sua proposição metodológica historicista. Segundo Gramsci, “*a dialética croceana é um artifício de tipo racionalista, que ao pensar o movimento dialético antecipa a priori os elementos da tese que serão preservados na síntese; na expressão de Gramsci, é uma ‘astúcia da Providência’*” (VIEIRA, 1994, p.67).

A história para Croce é um terreno onde “*há regras pré-determinadas e seguidas de comum acordo pelos opositores históricos, ou seja, ele aceita a dialética desde que seja preservado o Estado liberal como terreno de conflito entre a antítese e a tese*” (VIEIRA, 1994, p.201). Croce, embora tenha realizado uma contundente crítica ao logicismo racionalista, acaba manifestando uma concepção de história — habilmente mascarada — de história como desígnio (GRAMSCI, 1978, p.252).

O projeto teórico-político gramsciano estabeleceu uma discussão em duas frentes: o economicismo marxista e o idealismo croceano. Norberto Bobbio compara essa disputa em duas frentes distintas, isto é, Bukharin e Croce, com a polêmica de Marx e Engels com o idealismo hegeliano, concomitante com a crítica ao materialismo vulgar de Feuerbach; embora Gramsci não traduza Croce como um novo Hegel, mas, precisamente, como um Sr. Dühring (cf. BOBBIO, 1987, p.69-72)⁷.

A presença dessa crítica ao logicismo, na formação teórica do jovem Gramsci, não se limita aos textos croceanos, porquanto na obra marxiana o jovem socialista sardo encontrou, assim como Croce havia encontrado, a acesa polêmica do jovem Marx com a tradição neo-hegeliana dos chamados Livres de Berlim, entre os

⁷ Eugen Dühring, filósofo e economista, professor da Universidade de Berlim.

quais Edgar Bauer e Kaspar Schmidt, bem como a enérgica oposição ao pensamento dialético de Proudhon⁸.

A contribuição gramsciana, no âmbito das discussões metodológicas do marxismo, está na recuperação da centralidade da história no projeto teórico-político marxiano e, sobremaneira, no esforço de compreendê-la como possibilidade de superação de todo formalismo racionalista. A história é o momento de identificação entre estrutura econômica e superestrutura ideológica, onde “*o ser não pode ser separado do pensar, o homem da natureza, a atividade da matéria, o sujeito do objeto; se se faz esta separação, cai-se em uma das muitas formas de religião ou na abstração sem sentido*” (GRAMSCI, 1978, p.70, grifo nosso). Isto significa dizer que não somente o homem é produto da sua história, das suas relações sociais, como também a lógica que pleiteia esse paradigma é impensável fora da história.

Nesse sentido, as categorias gramscianas, tais como sociedade civil, bloco histórico, hegemonia, catarse, intelectuais orgânicos, entre outras, devem ser compreendidas como um instrumental lógico que se apropria da historicidade engendradora do real⁹. As categorias do pensamento gramsciano são o resultado dessa tenacidade historicista, que procura na história o princípio unitário do ser social. Segundo Gramsci,

... os continuadores de Hegel destruíram esta unidade, retornando-se, por um lado aos sistemas materialistas e, por outro, aos sistemas espiritualistas. A filosofia da praxis, em seu fundador, reviu toda essa experiência — de hegelianismo, de feuerbachismo, de materialismo francês — a fim de reconstruir a síntese da unidade dialética: 'o homem que caminha sobre as pernas'

⁸ As referências ao jovem Marx e ao jovem Gramsci têm como objetivo, simplesmente, identificar um momento cronológico da obra desses autores.

⁹ Sobre esse ponto é preciso afirmar que Gramsci não compreende o objeto teórico como imagem fiel do objeto real, assim como Althusser interpretou na sua crítica ao historicismo gramsciano (cf. ALTHUSSER, 1977, p.257). O autor dos Cadernos do Cárcere indica o permanente movimento entre o “concreto figurado (conceito) e o concreto (realidade in fiere)” (SOARES, 1992, p.35).

(GRAMSCI, 1978, p.107).

O pensamento logicista se descola da realidade e constitui um universo abstrato, resultado do automovimento da razão, que de forma enganosa é apresentado como história e/ou processo histórico. Marx e Engels, ao escreverem a *Ideologia Alemã*, afirmaram que muitos intelectuais e pensadores “*ao ouvirem as palavras 'história' e 'histórico', terem o hábito de pensar em todas as coisas possíveis e imagináveis menos na realidade*” (MARX & ENGELS, s.d, p.33). Marx é um teórico que assume efetivamente a crítica ao racionalismo e defende a centralidade da história no debate com Hegel e, posteriormente, com o neo-hegelianismo. Marx é o fundador de uma concepção de mundo radicalmente “*historicista da realidade, que se libertou de todo o resíduo de transcendência*” (GRAMSCI, 1978, p.221); o marxismo é um “*historicismo absoluto, a mundanização e a terrenalidade absoluta do pensamento*” (GRAMSCI, 1978, p.189).

A apropriação do legado gramsciano que ignora essa perspectiva de radical historicismo, reduz o seu pensamento a conceitos e categorias lógicas que acabam por “*funcionar como 'meio' para o estabelecimento de um descompromissado flerte com o marxismo e por emprestar autoridade a idéias as mais estranhas*” (NOGUEIRA, 1988, p.131).

A área educacional é um dos exemplos desse movimento de assimilação do pensamento gramsciano por uma via que Gramsci dedicou a sua vida e a sua obra para criticar: ou seja, uma via formalista que adere somente à estrutura lógica do sistema teórico, tomando as categorias nas suas expressões lógico-abstratas como se essas contivessem em si a chave explicativa de toda a história.

A polêmica contra o logicismo racionalista presente na obra de Marx e Gramsci não sensibilizou nossas discussões sobre o método dialético. Na melhor das hipóteses conseguimos identificar a questão na obra desses autores, ainda que a resultante concreta dessa identificação não ultrapasse o compromisso formal com a intenção de historicizar a teoria. Sintomaticamente, as categorias gramscianas, ao longo do processo de assimilação do seu legado teórico pela pesquisa educacional, “*tornaram-se onicompreensivas de tudo e de todos. Os limites das categorias e a análise concreta de situação concreta foram sacrificados em favor de esquematiza-*

ções áridas, todas repletas de catarses, hegemonias e emergentes blocos históricos” (VIEIRA, 1994, p.229).

O logicismo e a pesquisa educacional¹⁰

A crítica ao historicismo é postulada por autores das mais variadas correntes do pensamento contemporâneo, entre os quais Popper, Althusser, Benjamin, entre outros. O significado, os objetivos e os interlocutores desses autores são totalmente diferentes; o próprio conceito de historicismo se modifica muito na obra de cada um desses pensadores. Por conseguinte, falar sobre o historicismo em geral é sempre bastante complicado¹¹.

A discussão sobre o historicismo, especificamente o gramsciano, tem na obra de Althusser uma referência bastante precisa. O filósofo francês, que obteve grande influência sobre a área acadêmico educacional no Brasil, na década de setenta, escreveu um texto denominado *O marxismo não é um historicismo*, em polêmica direta com a proposição gramsciana do marxismo entendido como um historicismo absoluto.

Althusser considera que a reação ao economicismo no interior da tradição marxista levou muitos pensadores a um movimento pendular de crítica, ou seja, uma retomada do subjetivismo idealista expresso no humanismo e no historicismo. Daí todos os marxistas, que buscaram retomar a discussão da subjetividade e da historicidade no pensamento marxiano, acabaram classificados pelo filósofo francês como membros de uma esquerda historicista, entre os quais ele destaca Korsch, Rosa de Luxemburg, Mehring, Lukács

¹⁰ No espaço desse artigo não realizarei uma polêmica direta com qualquer pesquisador da área educacional, pois isso demandaria um espaço que não disponho. Portanto, finalizarei a discussão problematizando a questão do logicismo. Ao longo do trabalho que deu origem a esse artigo, *O Historicismo Gramsciano e a Pesquisa em Educação*, a discussão, no âmbito da pesquisa educacional, elegeu quatro interlocutores principais: Dermeval Saviani, Paolo Nosella, Jamil Cury e Lucília Machado (cf. VIEIRA, 1994, p.25-100).

¹¹ Sobre a crítica popperiana ao historicismo, ver *A Miséria do historicismo*; quanto a Benjamin, ver *Sobre o conceito da história*. In: Walter Benjamin, *Obras escolhidas*, v.1.

e Gramsci (cf. ALTHUSSER, 1977, p.245-6).

Althusser reconhece a possibilidade das leituras historicistas e humanistas de Marx, porquanto a obra marxiana é produto de uma época em que a terminologia idealista permeava toda produção intelectual. Marx, apesar de inaugurar um novo continente científico, manteve-se prisioneiro dessa linguagem. Nesse sentido, Althusser assevera que somente uma nova leitura crítica e objetiva dos textos marxianos será capaz de desvincular o corpo científico categorial marxiano do universo semântico hegeliano (ALTHUSSER, 1977, p.245).

O projeto althusseriano — de elaborar uma teoria do Estado capitalista, em continuidade aos esforços teóricos realizados por Marx, Engels e Lênin (cf. ALTHUSSER, 1983, p.65-7) — é sustentado por uma concepção extremamente formal do processo histórico, pois, na busca dos elementos que promovem a estabilidade da estrutura social, a história aparece como uma singularidade incômoda, por vezes desagregadora da harmonia interna da lógica estrutural.

A edificação das categorias althusserianas é o resultado de um processo longo de decantação teórica, que intenciona purificar o conceito até a sua plena consistência lógico-heurística. A ideologia, tema profundamente estudado por Althusser, é uma dessas categorias que se verifica no plano estatal e que *“tem uma estrutura e um funcionamento tais que fazem dela uma realidade não histórica, isto é, omni-histórica, no sentido em que esta estrutura e este funcionamento se apresentam na mesma forma imutável em toda a história”* (ALTHUSSER, 1983, p.84)

Ora, se no plano lógico essas idéias são muito atraentes, no plano histórico a questão é mais complicada. A análise estrutural nos permite apreender os fenômenos de regularidade da dinâmica estatal em um plano abstrato e, portanto, amplamente generalizável. No entanto, Marx considerava que *“as categorias mais abstratas — precisamente por causa de sua natureza abstrata-, apesar de sua validade para todas as épocas, são, contudo, na determinidade dessa abstração, igualmente produto de condições históricas, e não possuem plena validade senão para essas condições e dentro dos limites destas”* (MARX, 1982, p.17, grifo nosso).

A ideologia burguesa não se constitui no âmbito da sua realização histórica em uma estrutura a-temporal, estável, homogênea e,

por extensão, generalizável a todas as formações capitalistas, visto que a ideologia é também uma representação da subjetividade histórico-cultural das formações sociais que, por razões incomensuráveis, trilham caminhos próprios e particulares.

A história encontra sua base material no terreno da produção, todavia a lógica estrutural do capital não homogeneiza o processo histórico, ou seja: *“Eis aí o enigma dos tempos modernos que Marx formulou, mas nos legou a tarefa de decifrar: o capital universalizou a história; não a unificou e, por isso, não legitima os intentos explicativos e interpretativos uniformizadores”* (WARDE, 1993, p.47).

Essa breve menção às idéias de Althusser não pretende conduzir a conclusões pueris e, sobretudo, cômodas sobre o formalismo na análise histórica, que depositam sobre os ombros de Althusser os esquematismos e simplificações de toda ordem por nós praticados. A perspectiva logicista na pesquisa educacional

... não está delimitada e/ou esgotada na influência do estruturalismo marxista de corte althusseriano. Pelo contrário, a própria leitura da obra althusseriana [...] é perpassada por esse formalismo logicista. O que não exime Althusser de ser também um formalista e, principalmente, de ter contribuído bastante para reforçar essa perspectiva através da sua oposição radical ao historicismo.

(VIEIRA, 1994, p.71)

Essa visão formalista ou logicista, que subordina a história a *“um universo conceptual autogerador que impõe sua própria idealidade aos fenômenos da existência material e social”* (THOMPSON, 1981, p.22), informou o processo de apropriação do pensamento gramsciano, ainda que este tenha sido introduzido na pesquisa educacional como suporte para a crítica ao althusserianismo e, por extensão, ao estruturalismo dos chamados crítico-reprodutivistas.

A intenção de proclamar a unilateralidade das análises crítico-reprodutivistas sobre o funcionamento do Estado e da escola determinou a busca de novos interlocutores. Entre os mais requisitados está Gramsci, todavia a introdução do seu pensamento entre os pesquisadores da área acadêmico-educacional não resultou de uma crí-

tica ao racionalismo logicista inerente a essas concepções. As categorias gramscianas foram assimiladas da mesma maneira que as categorias althusserianas, ou seja, como abstrações lógicas que operam a análise do abstrato e genérico modo de produção capitalista.

O pretendido nexos dialético entre reprodução e transformação que, segundo os gramscianos da educação, Althusser e todos os chamados reprodutivistas não haviam dado conta de apreender, não passou de uma proposição de ordem formal, muito atraente na sua arquitetura lógica, mas incapaz de dar conta do Brasil e da realidade escolar brasileira. Em outros termos, “*afirmar a contradição em abstrato dá um entendimento que não coincide com a realidade contraditória da educação brasileira*” (RACHI, 1990, p.79).

Falar sobre as contradições da genérica escola capitalista significa dizer muito pouco sobre a escola concreta e, em determinadas ocasiões, subverter a escola real para conformá-la ao modelo da genérica escola capitalista. A figura do proletariado, concebido como força emergente que disputa com a concepção burguesa a hegemonia no plano da sociedade civil, não passa de uma fórmula abstrata, saturada de moralismo porém incapaz de compreender o proletariado concreto, sua composição, sua organização política, suas lutas, enfim, a sua história. Assim como a burguesia, o proletariado se torna um *ente* idealizado para cumprir no plano empírico as tarefas traçadas previamente pelo projeto lógico.

É possível perceber na leitura da obra gramsciana como cada categoria foi elaborada a partir de uma profunda análise da realidade italiana. As categorias de intelectual orgânico e intelectual tradicional, amplamente utilizadas entre nós, são o resultado de um estudo cuidadoso da formação dos intelectuais na Itália, sua origem de classe, sua formação, sua posição no interior do Estado e da sociedade civil, além do estudo da influência das várias cosmovisões que permearam as discussões ao longo da história da tardia unificação do Estado Italiano. Gramsci estudou o Estado tomando por base a produção intelectual de Maquiavel, Croce, Marx, Lênin, entre outros, mas nunca na dispensa dos fenômenos histórico-concretos que constituíram esse Estado. A sua obra, nunca concluída, *A questão meridional*, traz à tona uma riqueza de problemas ao abordar a histórica divisão entre o sul agrícola e o norte industrializado da península, a complexa questão vaticana, a unificação do

Estado Italiano liderada pelo liberal moderado Cavour, além de discutir o papel da Itália no contexto europeu de desenvolvimento capitalista.

O historicismo gramsciano é “uma expressão teórica que busca sistematizar a lógica inerente ao processo histórico real, ao contrário das teorias que compreendem o real como ilustração da sua lógica” (VIEIRA, 1994, p.233). As categorias são expressões conceituais do real, por conseguinte mantêm a sua plena validade enquanto os fatos empíricos permanecerem inalterados (cf. BADALONI, 1977, p.295-8).

Categorias como Bloco Histórico, Filosofia da Práxis, Hegemonia, Intelectuais Orgânicos, não são originárias do pensamento gramsciano, mas sim o resultado das suas interlocuções com Sorel, Gentile, Lênin e Croce. Daí a fertilidade de Gramsci não estar na originalidade dos seus conceitos ou categorias e sim na reelaboração historicista dessas categorias, movido pela intenção de fazer análise concreta de situação concreta.

Ao abstrairmos a consistência historicista do marxismo, este se transforma em “*formulário mecânico, que dá a impressão de poder colocar toda a história no bolso*” (GRAMSCI, 1978, p.152). O chamado método dialético acaba reduzido a um conjunto de cânones.

... uma banal caixa de ferramentas que, ao proceder à pesquisa, encontra seus limites concretos na rebeldia da realidade que teima em desobedecer aos modelos explicativos. O logicismo abandona tudo aquilo que escapa à fórmula e incorpora todos os fatos que colaboram com o enunciado teórico, de preferência os mais genéricos, em nome da historicidade do pensamento. É como se o conceito, a lei, a categoria já comportassem a historicidade, determinando assim o ritmo e os contornos do processo histórico.

(VIEIRA, 1994, p.233)

A presença da história, no âmbito dessa interpretação logicista do materialismo histórico, é totalmente acessória, ou seja, nos momentos em que a história é requisitada, ela aparece como complemento ilustrativo do movimento realizado pela idéia.

Para concluir, é importante assinalar que o pensamento

gramsciano não nos dá todas as soluções, assim como o historicismo não esgota a problemática metodológica da história. O legado gramsciano é “*de excepcional interesse e sua influência foi, sem dúvida, muito fecunda. Penso, entretanto, que não se deve buscar nele um elenco de respostas prontas para os problemas do presente. Para ser corretamente avaliado, Gramsci precisa ser situado historicamente, precisa ser compreendido no seu meio, na sua situação*” (LUKÁCS, entrevista a Leandro Konder, apud NOSELLA, 1992, p.5).

Bibliografia

ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos ideológicos de estado: notas sobre os aparelhos ideológicos de estado (AIE)*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

_____. El marxismo no es un historicismo. In: BUEY, Francisco Fernandez (org.). *Actualidad del pensamiento político de Gramsci*. Barcelona: Grijalbo, 1977.

BADALONI, Nicola. Gramsci Historicista frente al marxismo contemporáneo. In: BUEY, Francisco Fernandez (org.). *Actualidad del pensamiento político de Gramsci*. Barcelona: Grijalbo, 1977.

BOBBIO, Norberto. *O conceito de sociedade civil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1987.

BROCCOLI, Angelo. *Antonio Gramsci y la educación como hegemonia*. México: Nueva Imagen, 1977.

CROCE, Benedetto. *A história, pensamento e ação*. Rio de Janeiro: Zahar, 1962.

_____. *Materialismo histórico e economia marxista*. São Paulo: Instituto Progresso, 1948.

_____. *Teoría e historia de la historiografía*. Buenos Aires: Imán, 1953.

GRAMSCI, Antonio. *Concepção dialética da história*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

_____. *A questão meridional*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. *Obras escolhidas*. Lisboa: Estampa, 1974.

- KONDER, Leandro. *A derrota da dialética*. Rio de Janeiro: Campos, 1988.
- LÖWY, Michael. *As aventuras de Karl Marx contra o barão de Münchhausen*. 3. ed. São Paulo: Busca Vida, 1988.
- MARX, K & ENGELS, F. *A ideologia alemã*. Lisboa: Presença, s/d.
- _____. *Para a crítica da economia política*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- NOGUEIRA, Marco Aurélio. Gramsci, a questão democrática e a esquerda no Brasil. In: COUTINHO, Carlos Nelson & _____. *Gramsci e a América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p.129-52.
- NOSELLA, Paolo. *A escola de Gramsci*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.
- RACHI, Kiyoshi. *Educação escolar brasileira: um reexame dos estudos tendo por centro de análise a categoria de "contradição"*. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1990. Dissertação de Mestrado em Educação Escolar Brasileira.
- SCHAFF, Adam. *História e verdade*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1987.
- SOARES, Rosemary Dore. *A concepção gramsciana do estado e o debate sobre a escola*. São Paulo: PUC-SP, 1992. Tese de Doutorado em História e Filosofia da Educação.
- THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- VIEIRA, Carlos Eduardo. *O historicismo gramsciano e a pesquisa em educação*. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1994. Dissertação de Mestrado em História e Filosofia da Educação.
- VILAR, Pierre. Marx e a história. In: HOBBSAWM, Eric. *História do marxismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. v.1, p.91-126.
- WARDE, Mirian Jorge. História e modernidade ou de como tudo parece em construção e já é ruína. *Cadernos da ANPED*, Porto Alegre, n.4, p.37-64, set. 1993.

